



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,02% São Paulo	128.725	R\$ 4,938 (+ 0,14%)	R\$ 1.412	R\$ 5,342	11,15%	11,05%	Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42
0,13% Nova York	16/2 19/2 20/2 21/2	Últimos					
		15/fevereiro 4,968					
		16/fevereiro 4,967					
		19/fevereiro 4,961					
		20/fevereiro 4,931					

SALÁRIOS

Desoneração segue, em recuo do governo

Congresso e empresários conseguem que proposta de reoneração da folha siga como projeto de lei e não medida provisória

» RAFAELA GONÇALVES

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Após dois meses de embate, Pacheco e Haddad chegaram ao entendimento de que a reoneração da folha será debatida por projeto de lei

Após uma queda de braço entre Executivo e Legislativo, o governo concordou em manter a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para os municípios. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), garantiu que um acordo político foi construído e que o debate sobre o benefício não será feito por Medida Provisória (MP), mas sim por Projeto de Lei (PL), a ser apresentado pelo governo em breve.

“Em relação à desoneração, a construção política está feita no sentido de que eventuais alterações no programa não se darão por Medida Provisória. O governo concordou com essa premissa, nós ajustamos isso e, em breve, o governo deve anunciar a medida tomada para retirar da MP o estabelecimento dessas alterações na desoneração da folha de pagamento”, esclareceu Pacheco.

O anúncio foi feito na noite de ontem, após encontro com o ministro da Fazenda Fernando Haddad, o ministro das Relações Institucionais Alexandre Padilha e os líderes do governo no Senado, os senadores Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP) e Jaques Wagner (PT).

O tema é alvo de embate desde o final do ano passado, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou integralmente o projeto de lei aprovado pelo Congresso, que prorrogou o benefício até 2027. O argumento era que a União perderia R\$ 9 bilhões em arrecadação com o incentivo, que foi criado como medida emergencial em 2011.

Em dezembro, Haddad enviou uma MP propondo a reoneração gradual com análise separada de cada setor com aplicação imediata, medida que desagradou

parlamentares e o setor produtivo, que alegava que o fim do desconto na folha previdenciária estava colocando em risco milhares de empregos.

Segundo o presidente do Congresso, o governo deverá apresentar um projeto que traga alterações em relação à desoneração, mas de forma que “não tenha eficácia imediata”. A tramitação da Medida Provisória 1.202

não terá tramitação da desoneração da folha de pagamento, isso, portanto, serve para os 17 setores no sentido de que a desoneração para esses setores está mantida, assim será. Eventuais alterações serão amadurecidas através de projeto de lei”, disse Pacheco.

Em relação ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), outro alvo de polêmica, Pacheco informou que

ainda não há um acordo em relação à forma como as alterações no benefício serão tratadas, se por MP ou PL. “Essa discussão ainda não está definida e o governo vai tratar disso, inclusive, com o presidente [da Câmara] Arthur Lira e os líderes da Câmara dos Deputados para chegar a um bom encaminhamento nesse sentido”, ressaltou. Haddad, por sua vez, confirmou ter acatado o pedido do

presidente do Senado e afirmou também que conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que ele desse mais tempo à Receita Federal para analisar os números do Perse antes de começar as discussões sobre o futuro do programa no Congresso.

“Os projetos que foram deliberados no ano passado pelo congresso deveriam ser encaminhados por projeto de lei com

urgência constitucional, então é isso que nós vamos fazer”, disse o ministro referindo-se à nova tramitação da reoneração da folha. “Em relação ao Perse, acabei de conversar com o presidente Arthur Lira. Tem uma controvérsia em torno dos valores e quem resolve essa controvérsia é a Receita Federal, então eu pedi a ele um pouco mais de tempo”, disse o chefe da equipe econômica.

De acordo com Haddad, a iniciativa já causou um impacto de R\$ 17 bilhões aos cofres públicos somente em 2023, enquanto congressistas e empresários do setor dizem que o impacto foi de, no máximo, R\$ 6,4 bilhões.

Pressão

Diante da falta de um canal direto de diálogo com o governo, entidades chegaram a se reunir ontem com parlamentares para pressionar por uma resolução do tema. De acordo com representantes dos setores, o impasse estava causando insegurança jurídica, e um custo elevado para todas as empresas, que não sabiam como seria a contribuição patronal a partir de abril.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), pioneira no modelo de pagamento da contribuição patronal de previdência por faturamento, destacou que quando o benefício foi criado, também foram criados comitês de acompanhamento. “Acho que esses comitês nunca funcionaram e isso não é culpa da iniciativa privada”, disse o diretor-superintendente da entidade, Fernando Valente Pimentel, sobre as queixas do governo a respeito da efetividade do benefício tributário na geração de empregos.

ENERGIA

Silveira busca solução para baixar conta de luz

Ricardo Botelho/MME



Alexandre Silveira: governo pretende antecipar transferências da Eletrobras para baratear conta de luz

O governo pretende antecipar a transferência de recursos do processo de privatização da Eletrobras para diminuir a tarifa para o consumidor. A intenção foi sinalizada, ontem, pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Falando a jornalistas após seminário sobre mineração e transição energética, o ministro comentou que a antecipação deve ser viabilizada por meio de uma medida provisória, já que, pelo plano original, os recursos, que totalizam R\$ 26 bilhões, seriam repassados ao longo de 30 anos.

A ideia da pasta é usar o valor para pagar empréstimos contratados pelas distribuidoras no mercado em momentos de crise e que foram repassados aos consumidores por meio da conta “Covid”, durante a pandemia, e “Escassez Hídrica”, criada para resolver a situação de crise por falta de água em 2021.

Silveira explicou que parte do recurso da Eletrobras já foi utilizado, mas o saldo remanescente

pode ajudar a antecipar o pagamento. “Caso isso não aconteça, na medida provisória, vou submeter ao Congresso a possibilidade de a gente adiantar — ou

seja, securitizar — esses R\$ 26 bilhões para minimizar o impacto na tarifa. Seria descontar esses títulos do governo para quitar no mercado financeiro essas

dívidas”, disse Silveira.

O empréstimo contraído no auge da pandemia foi no valor de R\$ 15 bilhões e o outro crédito, acessado na crise hídrica, foi de

R\$ 5 bilhões. Os dois financiamentos geraram os encargos pagos hoje pelos consumidores na conta de luz. “São pagos juros muito altos, em torno de 12% a 13% ao ano, mais a inflação. É muito caro”, enfatizou o chefe da pasta.

O ministro também criticou as emendas parlamentares do PL das Eólicas Offshore (11.247/2018), aprovado na Câmara no fim do ano passado. O projeto incluiu uma série de benefícios a setores poluentes, renovando o regime para contratação de térmicas a carvão até 2050.

Silveira ressaltou que o texto, agora em tramitação no Senado, carrega subsídios a grupos específicos que vão aumentar a conta de luz. “Nos últimos anos, algumas políticas públicas do setor elétrico, legítimas, foram implementadas através de projetos de lei ou emendas colocadas legitimamente, repito, no Parlamento, mas que impuseram ao setor elétrico questões que não eram muito compatíveis com o planejamento”, disse o ministro.

Mineração sustentável

Ainda ontem, o chefe do MME anunciou que o governo lançará, no segundo semestre deste ano, um programa dedicado à mineração sustentável e voltada para energia renovável. Intitulado “Mineração para Energia Limpa”, a iniciativa consistirá em incentivos fiscais para as empresas que alcançarem critérios de sustentabilidade e segurança na exploração de minérios.

Para Silveira, transição energética e mineração andam juntas. “Não existe transição energética sem mineração. E essa mineração precisa avançar ainda mais no processo de mudança. E trabalhamos com os pés firmes no solo do presente para que a mineração seja cada vez mais segura, sustentável e socialmente responsável. No cenário global de descarbonização e da transição energética, temos uma grande oportunidade para atrair investimentos no setor mineral brasileiro e destacar o nosso papel de liderança global para um mundo mais verde”, declarou. (RG)